

Gênero, violência e segurança pública. ST 39

Cláudia Abdala

Ministério da Saúde; Fiocruz; Fundação Oswaldo Cruz; Instituto Fernandes Figueira;

Palavras-chave: Violência, Gênero, Poder, Cultura

Violência de Gênero: Poder e Cultura na subordinação feminina, no período de 1997 a 2001, Mendes Estado do Rio de Janeiro

Violência de Gênero, um problema de Saúde Pública

É dever do Estado apoiar a mulher que sofre violência por parte de seu parceiro criando condições especiais de atendimento para esse momento dramático. Durante os três anos e meio que trabalhei no balcão da delegacia de Mendes no interior do Estado do Rio de Janeiro observei que ainda estamos longe de atingir o ideal de atendimento e apoio especializado para essas mulheres, principalmente no interior do Estado, onde há apenas uma delegacia especializada na região sul-fluminense no Município de Volta Redonda e um centro de atendimento (NIAM)ⁱ no Município de Barra Mansa, para dar conta da demanda de vários municípios. O presente trabalho deu visibilidade ao problema no interior do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente em Mendes cidade de pouco mais de 17.000 habitantes. No acervo da delegacia de Mendes, foi traçado o perfil dos casais que buscaram ajuda na delegacia quando ainda era distritalⁱⁱ. Dados quantitativos foram sistematizados e confrontados com o discurso dos casais que passaram pelo balcão de atendimento, constituindo os dados qualitativos. A pesquisa defende que há determinantes culturais na construção dos papéis masculinos e femininos que estariam legitimando o poder masculino sobre as mulheres e tornando os homens violentos quando por algum motivo perdem o controle da situação.

Antes de trazer os resultados da pesquisa, gostaria de situar o leitor, naquilo que se constituiu motivo da criação de uma secretaria de governo, e se apresenta como um desafio na atualidade, a violência de gênero. A violência é um fenômeno polissêmico e multifacetado que se expressa de várias formas: psicológica, física, sexual, e outras mais. Mulheres e homens são atingidos, porém, em razão da especificidade de gênero, de forma diferenciada. A violência que é praticada contra os homens em sua maior parte ocorre nos espaços públicos, já a mulher é mais agredida dentro de casa. A violência doméstica atinge mulheres de todas as classes sociais, raças, idades, etnias e orientação sexual e está vinculada ao poder e à desigualdade das relações de gênero, onde impera o domínio dos homens. A partir da evidência de estudos realizados, percebemos que a violência conjugal se caracteriza como um problema de saúde pública. A seguir exponho alguns de maior relevância com o intuito de justificar a minha escolha de objeto de estudo.

Segundo o Relatório Mundial sobre Violência e saúde, publicado pela OMS(2002), são as mulheres que adoecem e morrem vítimas da violência masculina, embora possam ser agressivas em seus relacionamentos. Ainda relata que 25% das mortes de mulheres em idade fértil estão associadas à violência sendo que mais de 60% delas foram cometidas por seus companheiros (OMS,2002).

Segundo Karen Giffin(1994), a saúde física e mental das vítimas de violência intrafamiliar e sexual é afetada por vários agravos são eles: lesões, traumatismos, gravidez indesejada, DSTs, aborto espontâneo, problemas ginecológicos, asma, disfunções sexuais, distúrbios alimentares, depressão, ansiedade, abuso de álcool e drogas.

Morgado(2004) constata que a violência doméstica e o estupro são a sexta causa de morte ou incapacidade física em mulheres de 15 a 44 anos, mais do que todo tipo de câncer,acidentes de trânsito e guerras.Segundo o BID(1997), há uma perda de produtividade ou desempenho no trabalho,faltas ao trabalho e perda do emprego .Fica claro que além dos custos humanos, a violência representa uma imensa carga econômica para as sociedades em termos de produtividade perdida e aumento no uso de serviços sociais (OMS, 2002). Assim, coube ao Estado adotar uma política sistemática e continuada em diferentes áreas. O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, da Secretaria especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, apresentado no ano de 2004, apontou os pressupostos, princípios e diretrizes da política nacional para essas mulheres, sendo a política de enfrentamento da violência contra a mulher prioridade do Plano, que deve trabalhar na promoção de atendimento às mulheres, na capacitação e qualificação de profissionais e no acesso à justiça.

Segundo as diretrizes do Plano Nacional, para garantir o atendimento integral,humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência, reduzir os índices de violência contra as mulheres, garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres, é necessário realizar diagnósticos quantitativos e qualitativos sobre os serviços de prevenção e atenção às mulheres em situação de violência em todo território nacional, um bom caminho para enfrentar a questão e criar políticas públicas que apoiem o maior número de mulheres e homens que sofrem esse problema.

O perfil dos casais que foram à delegacia dar queixa

A maior dificuldade, foi a omissão de informações por parte do policial, que preenchia o modelo de registro, o que será explicitado mais adiante através da análise dos resultados, na conclusão. Para a pesquisa, um questionário foi confeccionado para perguntar a fonte (acervo): quais os tipos de crimes praticados, os motivos alegados, grau de parentesco com a vítima, profissão, naturalidade e cor dos atores sociais. No total de registros no período de 1997 a 2001, 40% foram de violência de gênero e aproximadamente 20% de violência doméstica, de gênero.

Constatou-se no acervo que no total de crimes praticados 53% são de lesão corporal, 39% de ameaça, e o restante 8% são : injúria , difamação, tentativa de homicídioⁱⁱⁱ. O rosto parece ser o lugar preferido para as lesões, especialmente socos nos olhos e nos dentes.

Em relação ao grau de parentesco da vítima, observa-se que 32% são ex-companheiros, 27% companheiros, 18% maridos, 13% ex-maridos, 6% namorados e 4% ex-namorados.

Os motivos alegados pelas mulheres: 36% motivos não determinados, 14% a mulher não querer mais se relacionar com o parceiro, 13% por ciúmes e 13% o motivo alegado foi o alcoolismo do marido. Ainda questões referentes à mulher trabalhar fora, o parceiro querer escolher as amigas da mulher, cárcere privado somam 10%. Perfazendo 5%, quando a mulher reivindica seus bens materiais, 9% separação judicial, guarda e visitação dos filhos, e problemas relacionados a pensões.

Quanto ao quesito cor tanto do agressor quanto da vítima, o grande número de desinformação inviabilizou seu resultado. O homem enquanto autor da agressão teve 46% sem informação, 29% de cor branca, 16% parda e 9% preta; a mulher enquanto solicitante e vítima eram 37% brancas, 33% parda e 8% preta sendo 22% sem informação.

Quanto à naturalidade do homem, constatou-se que 84% são do Rio de Janeiro, 7% da cidade de Mendes, 3% de Avelar e 3% de Paraíba do Sul. A naturalidade da mulher, 70% do Rio de Janeiro, 19% sem informação, 7% de Mendes, 2% de Vassouras e 2% de Engenheiro Paulo de Frontin.

As profissões das mulheres foram selecionadas: 31% do lar, 30% sem informação, 12% empregadas domésticas, 8% professoras, 5% estudantes , 4% comerciantes, 3% contabilistas , 4% atendentes, 3% desempregadas. As profissões dos homens: 61% não consta à informação, 7% desempregados, 6% de atividade informal, aposentados e motoristas, 5% de serventes e domésticos, 4% de autônomo.

O discurso de homens e mulheres no balcão de atendimento

Os discursos de homens e mulheres são bastante diferentes quando chegam na delegacia. Normalmente foi a mulher quem chamou a polícia, foi até lá buscar ajuda por alguma situação de perigo, ou aconteceu alguma denúncia anônima e os policiais militares foram convocados para comparecer ao local, trazendo-os até a delegacia de polícia civil. Os homens, no balcão, se colocam na defensiva, muitas vezes negando as acusações das mulheres, ou justificando a agressão mostrando que também foram agredidos física ou psicologicamente. As mulheres, estão na maioria das vezes muito assustadas, e ao relatar o acontecido, expressam muito medo. Algumas demonstram raiva e parecem querer vingar-se denunciando o marido, e no momento em que se encontram na delegacia e sentem alguma segurança, podem expressá-la. Alguns exemplos serão trazidos a seguir para ilustrar o debate final.

No balcão de atendimento, campo (Bourdieu, 1993) onde acontece a ação, trabalham as Técnicas(os) de Atendimento Social que são: psicólogas(os), assistentes sociais, pedagogas(os) (estes no interior do Estado), além de estagiários de diversas áreas, como história, letras, psicologia e assistência social. Esses profissionais e estagiários fazem o primeiro atendimento antes do caso ser passado para o policial de plantão. Mas, no

cotidiano da delegacia não necessariamente nesta ordem, pois dependendo da gravidade do caso o policial pode ser solicitado imediatamente, para o caso de ter que encaminhar com urgência para o hospital.

Existe um computador no balcão onde são registrados dados do(a) solicitante e do(a) possível agressor(a). A técnica, pode levar a mulher e/ou o homem para a sala de atendimento social se precisar conversar reservadamente, porém não existe sala de atendimento social em todas as delegacias.

É também nesse momento que a mulher tem a oportunidade de tomar conhecimento de seus direitos, ou pelo menos deveria ser informada de todas as possibilidades para que possa, então, decidir por realizar ou não o registro de ocorrência. A escuta dos profissionais do balcão, deve priorizar o acolhimento e não julgar a mulher em momento algum, que deverá quando necessário, receber outros encaminhamentos para a rede de apoio disponível no município: fórum , atendimento psicológico e psiquiátrico no CAP'S, programas de assistência social, IML^{iv}, entre outros.

Algumas falas que ilustram a construção cultural de papéis masculinos e femininos que legitimam a violência doméstica de gênero entre os casais estudados, serão expostas a seguir.

O caso da Sra. A, por exemplo, que teve uma discussão com o marido, Sr.B por causa do “controle da televisão”. Sra A:- “Filha, você pode almoçar assistindo televisão”.Sr.B: - “Quem manda aqui sou eu (tomando o controle da tv da mão da Sra. A)”. Depois disso, a discussão acirrou-se e o Sr. B atirou o prato de comida quente no rosto da Sra. A, e com os cacos atacou-a cortando sua mão e rosto.

Chegaram na delegacia, o marido trazido pelos policiais militares, a mulher toda machucada, suja de comida e sangue, com a roupa toda rasgada. O marido se mostrava calmo, mas preocupado. Falava pausadamente se justificando: Sr.B: -“Sou professor da Igreja , da escola dominical, as pessoas sabem que não sou capaz de fazer isso” estava nervoso, pois “ela queria ficar com o controle da televisão”... “Ela é muito atrevida, todos sabem disso, ela quer mandar em tudo.” Mostrava-se ofendido por ela ter procurado a polícia e fazê-lo passar por “constrangimento” na delegacia.

Sra. A relatou, depois de acalmar-se, que conversou com o pastor da Igreja sobre os maus tratos que vinha sofrendo e que o pastor começou a fazer perguntas que aparentemente não tinham nada a ver com o problema das agressões que agora estavam se tornando constantes. Ela disse:- “Ele me perguntou se matinha relações sexuais com meu marido. Eu disse que não, que há algum tempo isso não acontecia porque as surras me deixavam sem vontade...() queria saber se eu fazia comida para o meu marido, se minha casa estava limpa, se meu papel de esposa e mãe estavam sendo direito.De repente estava falando sobre o que eu fazia para provocar ele me bater, isso não é justo.” ... “O pastor ficou o tempo todo insinuando que eu era a culpada por estar apanhando porque eu provoco, porque não fico calada quando ele fala algo que não gosto”... “Ficava citando a bíblia dizendo que a mulher tem que ser “ subissa” (submissa) do homem”...

Depois de várias tentativas de sair do casamento e de várias chantagens por parte do marido em relação a ela e à filha do casal, tais como: pensão alimentícia e ameaças de morte por parte dele,entre outras, a Sra.A

resolveu voltar para casa. Segundo ela, porque não conseguiu emprego para sustentar a filha e porque ele prometeu mudar e pediu perdão por tudo. Assim, resolveu dar mais uma “chance” .

Muitos são os casos onde a mulher passa a sofrer violência, depois da separação, quando não querem retornar ao casamento ou porque está namorando outra pessoa. Alguns exemplos dessas falas no balcão são ilustradas aqui: Sra.Y:-“ Ele fica ligando pro meu celular me ameaçando, estou com muito medo.Agora que ele descobriu que estou saindo com esse cara ele está me perseguindo me jurando de morte e disse que vai matar quem se meter no meu caminho.”

Esse sentimento de posse parece estender-se aos filhos veja o exemplo da Sra.W:-“Eu tava com meu atual namorado e com a minha filha, ele passou e viu a gente começou a me xingar de tudo quanto é nome disse que não ia deixar a nossa filha aprender a ser uma prostituta feito eu e puxou a menina da minha mão e a levou embora . Minha filha chorava muito e dizia que queria ficar comigo.”

Muitos homens relatam que as mulheres abandonaram a casa levando os filhos. Quando investigamos um pouco, descobrimos que esse “abandono” se deu em função de vários anos de violência física e psicológica. A exemplo disso o caso da Sra.K:- “Ele me torturava, queimou meus documentos, rasgava minha roupa que levava um tempão pra comprar com meu salário de empregada doméstica, bebia e batia em mim e nos meus filhos, isso há muito tempo, sabe dona? Muito tempo mesmo. Aí teve um dia que não agüentei mais e saí no mundo com meus filhos, fugi mesmo, fui embora, agora eu to aqui para saber se ele pode me tirar os filhos.Não quero mais fugir, me esconder, quero viver em paz com meus filhos,tenho braço e perna para trabalhar, já chega de tanto sofrimento”.

Conclusão

Segundo Kimberlé(2002), a análise interseccional, é um tipo de análise que incluiria a associação de sistemas múltiplos de subordinação: gênero, classe, raça, etnia, geração, com o objetivo de determinar a zona de risco de danos interseccionais, o que permitiria uma análise mais fidedigna da situação. Essa análise demonstra que em determinado momento um dos sistemas citados estará em evidência, por exemplo, no caso da Sra.A e do Sr. B, destacou-se o sistema de gênero. Sabemos que os determinantes sociais, raciais e de classe, estão “atravessando” esse casal, mas o problema mais evidente neste caso é a discriminação em relação a Sra.A, pelo fato dela ser mulher, e por se caracterizar como uma mulher que se rebela.

Precisamos reconhecer a nossa singularidade de nascer mulher, essas falas revelam ainda no século XXI dificuldades que pareciam erradicadas, mas que são encontradas por muitas mulheres na atualidade. Observamos no primeiro caso(Sra.A e Sr.B) trazido a baila em relação ao que desencadeou a briga do casal, o controle da televisão. De que “controles” estão falando afinal? Quem decide o que é feito na casa? Quem controla quem ou o que? Ainda constatamos na fala da Sra.A toda discriminação do pastor da Igreja que acaba por culpabilizá-la pela agressão sofrida. Esse caso nos mostra também que um “bom pai de família”, professor da escola dominical de uma Igreja Evangélica, jamais poderia ser capaz de cometer tamanha atrocidade, que

parece ser justificada pela “conduta social inadequada” de sua mulher. Ficou claro neste caso e em outros tantos, os padrões de comportamento masculino e feminino, culturalmente construídos, servindo como parâmetro para a convivência..

Esse exemplo trouxe uma discussão importante observada no perfil dos casais pesquisados no acervo da delegacia; os ex-companheiros agredem mais suas companheiras. Não estariam eles sentindo-se donos do destino de suas ex-mulheres como foi exemplificado no caso da Sra.A e do Sr. B?

Nos casos escolhidos para o debate, o quesito raça não foi determinante de violência, tanto no resultado dos homens quanto das mulheres. O grande número de desinformação nos dados do acervo, inviabilizou a análise, tornando invisível uma questão importante, para a análise interseccional, pois de acordo com os índices revelados pelo PNAD^v e IPEA^{vi} (Heringer, 2000), a situação da mulher se agrava em vários níveis, principalmente a pobreza, quando ela é negra, sendo isso válido também para os homens. Será preciso incluir o quesito cor no sistema de atendimento das Delegacias Legais, pois apesar de contemplado na agenda do governo federal, não está incluído no SAT^{vii}.

No quesito naturalidade, os resultados apresentaram um alto índice de pessoas procedentes da cidade do Rio de Janeiro. Podemos considerar a violência contra mulher em Mendes, uma cultura importada da cidade grande?

Quanto às atividades profissionais, observamos 30% de desinformação quanto às mulheres e 61% quanto aos homens, interferindo negativamente na análise do resultado. As delegacias Legais acabam com esse problema de desinformação, pois funcionam informatizadas e dentro de um sistema fechado que obriga o policial a preencher todos os dados.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o comportamento de homens e mulheres que sofrem do problema da violência conjugal é determinado também por valores culturais, portanto passíveis de serem transformados.

Referências bibliográficas:

- Abdala, C. “Violência de Gênero: Poder e Cultura na subordinação feminina, no período de 1997 a 2001, Mendes, RJ”. Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2004.
 - Brasil, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres- Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2004. 116p.
 - Bourdieu, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato(org.). São Paulo: Ática: 1983.
 - Fiocruz, Conferência Mundial sobre as Mulheres. ONU. Rio de Janeiro, 1996.2
 - Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. *Cad. Saúde Pública*, Mar./Apr. 2005, vol.21, no.2, p.417-425.
- ISSN 0102-311X.

-Giffin, K Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde, in Cadernos de Saúde Pública, vol 10, Suplemento, 1, 1994.

-Gregori, M. F. Cenas e Queixas: Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

-Heringer R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000; 18 (suplemento):57-65.

-Kimberlé, C. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. Estudos feministas 2002; (1): 171-188

-Morgado, R. Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento, in Signorini, H. e Brandão, E. (orgs.), Psicologia Jurídica no Brasil, RJ, Ed. Nau, 2004.

ⁱ Núcleo Integrado de Atendimento a Mulher, que atende ao interior do estado e que se constitui em um braço do CIAM, Centro Integrado de Atendimento a Mulher, que atende as mulheres da cidade do Rio de Janeiro.

ⁱⁱ Parte da pesquisa foi realizada no acervo da delegacia (acervo cartorário), pois a mesma foi transformada em delegacia Legal, onde profissionais das áreas humanas: psicólogos, assistentes sociais, outros mais, começaram a fazer parte do quadro de funcionários. A outra parte qualitativa, foi pesquisada já no balcão da delegacia a partir dos discursos dos usuários, no ano de 2002.

ⁱⁱⁱ As tentativas de homicídio são qualificadas pelo policial de plantão que faz uma avaliação muitas vezes subjetiva da situação. As lesões podem ser: leves, médias e graves, sendo as leves enquadradas na Lei de 9099/95, JEC (Juizado Especial Criminal). As médias e graves para a Justiça comum.

^{iv} Na cidade de Mendes, passou a não ter IML e as mulheres tinham que ser encaminhadas para a cidade de Barra do Piraí. Se a agressão acontecesse sexta-feira à noite ou de madrugada e a mulher não tivesse meios próprios de locomoção teria que esperar até segunda-feira para poder se dirigir de ônibus. Como a maioria das mulheres não tinha o dinheiro da passagem ficava esperando uma oportunidade e muitas vezes reclamavam que os hematomas desapareciam.

^v Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

^{vi} Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

^{vii} Sistema de Atendimento das Delegacias Legais, instalado nos computadores dos Balcões de Atendimento..